



3102 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)  
GT02/GT 17 - História da Educação e Filosofia da Educação

#### POSSÍVEIS PERCURSOS CIENTÍFICOS PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Rafael Figueiredo Pinto - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
Adão Rogério Xavier Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

##### RESUMO

O presente trabalho evidencia a necessidade natural do homem de conhecer a si e o mundo que o cerca para revelar como, desde tempos remotos, esse intento foi materializado em ciência, numa maneira confiável de apreensão da realidade. Para tanto, serão estudados métodos e técnicas voltadas para a produção de conhecimento nas ciências sociais, abordando suas respectivas peculiaridades, sem prescindir da análise do contexto histórico, das contribuições e das críticas a elas perpetradas. Especificamente, neste trabalho, possui relevância a área educacional, que, por si, contém uma série de desafios quanto à forma de contemporaneamente desenvolver projetos de pesquisa científica.

**Palavras-chave:** Ciências sociais. Pesquisa científica. Métodos e técnicas de pesquisa. Tendências epistemológicas.

#### POSSÍVEIS PERCURSOS CIENTÍFICOS PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO

##### RESUMO

O presente trabalho evidencia a necessidade natural do homem de conhecer a si e o mundo que o cerca para revelar como, desde tempos remotos, esse intento foi materializado em ciência, numa maneira confiável de apreensão da realidade. Para tanto, serão estudados métodos e técnicas voltadas para a produção de conhecimento nas ciências sociais, abordando suas respectivas peculiaridades, sem prescindir da análise do contexto histórico, das contribuições e das críticas a elas perpetradas. Especificamente, neste trabalho, possui relevância a área educacional, que, por si, contém uma série de desafios quanto à forma de contemporaneamente desenvolver projetos de pesquisa científica.

**Palavras-chave:** Ciências sociais. Pesquisa científica. Métodos e técnicas de pesquisa. Tendências epistemológicas.

#### 1 ASPECTOS ELEMENTARES DA CIÊNCIA SOCIAL

Quanto à sua existência, o homem tão somente encontra sentido a partir do momento em que passa a se relacionar com o meio no qual está inserido. Num movimento de contínua transformação, é justamente mediante a interação homem-natureza que a existência humana é promovida. Também é possível afirmar que essa produção da existência indica ser um processo social, ante o fato de a sobrevivência do homem depender da atuação do seu semelhante para subsistir (ANDERY; MICHELETTTO; SÉRIO, 2006).

A mútua e necessária relação que o homem passa a desenvolver com os objetos que o cercam constitui, sob outro viés, uma forma de apreensão da realidade, de conhecimento destes objetos tal como eles se apresentam.

Esta relação nada tem a ver com a mera contemplação. Para a apreensão do que é real, e não do abstrato, necessário se faz a adoção de uma postura ativa por parte do sujeito quanto ao seu objeto (LUCKESI, 1995).

Quando o sujeito inclina-se à busca da realidade, consciente ou inconscientemente também ele o faz em relação à verdade. A aproximação entre o sujeito e objeto, bem como a conseqüente interação entre ambos, num processo dialético de construção e compreensão da realidade, são o que dão azo ao fenômeno denominado desencantamento, isto é, à possibilidade de o homem enxergar o mundo como ele é (Idem, 1995).

Ao interagir com o objeto, o homem imprime neste suas percepções e características que lhe são inerentes. Daí é possível afirmar que toda produção humana, em menor ou maior grau, possui alguma valoração. Embora seja desejável, mediante esforços de distanciamento e de isenção de juízo de valor no movimento com o objeto, com vistas à apreensão do real, a obra jamais será ideologicamente neutra (LUCKESI, 1995).

Ante as observações feitas, pertinente é a indagação acerca do que é ciência e qual é a sua relação com o homem e o processo de conhecimento. De acordo com Luckesi (1995):

A ciência se apresenta como o produto de um relacionamento sistematizado, com um esforço consciente de captação das relações causais. Ela está preocupada em "descobrir particularidades antes desconhecidas, para melhor prover e auxiliar a vida" (...) Esse processo de desalienação leva o indivíduo a perceber a relatividade das verdades, criando condições de libertar-se das verdades absolutas e preestabelecidas, e entendendo-as como historicamente construídas e em contínuo devir." (LUCKESI, 1995, p. 66-67)

Da análise do trecho acima, é possível perceber que o autor entende a ciência como sendo resultado de uma relação processada de maneira metódica (relacionamento sistematizado). Andery, Micheletto e Sérgio (2006) consideram que "o método científico é historicamente determinado e só pode ser compreendido dessa forma" (ANDERY; MICHELETTTO; SÉRIO, 2006, p. 15).

Exposta a questão metódica e uma vez evidenciadas a sua importância em função do fazer ciência, passar-se-á, neste momento, ao desenvolvimento de breves considerações acerca das principais proposições teórico-metodológicas.

## 2 MÉTODOS CIENTÍFICOS NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

### 2.1 Positivismo

O positivismo, concebido por Augusto Comte no século XIX, possui raízes concretas e influências que remetem à Antiguidade, através do empiricismo, e às lições de Bacon, Hobbes e Hume, nos séculos XVI, XVII e XVIII (TRIVIÑOS, 1987).

Uma parcela de seu desenvolvimento se deu nos anos seguintes à Revolução Francesa (1789), em um período em que a burguesia passara a ser a classe dominante na França (1830). Comte, contemporâneo de Saint-Simon, contrariamente ao posicionamento ideológico deste, sustentou que caberia ao método positivo consagrar teórica e praticamente a defesa do *status quo* alcançado pela burguesia, de forma que ela viesse a ter condições de perpetuar-se no poder. Em outras palavras, valorizar-se-ia a manutenção da ordem real em detrimento dos antigos ideais revolucionários pautados na luta utópica e na crítica negativa.

Parte do positivismo da premissa de que a observância dos fatos, pouco importando a causa destes, é capaz de conduzir o homem para a certeza, eliminando as dúvidas e as indecisões comuns às filosofias tradicionais. Com a adoção deste método, passa a capacidade de prever a ser a função essencial da ciência (TRIVIÑOS, 1987).

Por preconizar a existência de leis naturais, invariáveis e independentes da vontade e da ação humana, que incidem tanto na sociedade humana como na natureza, o positivismo indicará procedimentos a serem aplicados com vistas ao estudo e à identificação destas leis (LOWY, 1998).

Se a preocupação do positivismo reside tão somente no que é passível de observação, a metafísica e questões congêneres serão prontamente descartadas, seja porque são falsas, na perspectiva positivista clássica de Augusto Comte, ou porque possuem proposições que carecem de significado, como sugerem o neopositivismo e o empirismo lógico (TRIVIÑOS, 1987).

Quanto à aplicação do método, este deve se dar de forma absolutamente desinteressada, de forma que o objeto possa ser conhecido em sua plenitude, sem as características daquele que o investiga. Daí se extrai a ideia de neutralidade da ciência. Afinal, se as ciências da natureza são, em regra, objetivas e livres de juízos de valor, também sob esse entendimento as ciências sociais deverão ser estudadas (LOWY, 1998).

Essa clara distinção entre valor e fato levou os adeptos do positivismo a estabelecerem como conhecimentos legítimos ou autênticos, isto é, aqueles de cunho científico, tão somente o empírico, ligado às ciências naturais, e o lógico, constituído pela lógica e pela matemática (TRIVIÑOS, 1987).

Nas ciências sociais, o emprego do termo variável foi de grande utilidade para os positivistas, pois viabilizou a quantificação dos fatos sociais, testes de hipóteses, estabelecimento de generalizações e de relações entre os fenômenos (Idem, 1987).

Como contribuição para a humanidade, o positivismo proporcionou grandes avanços às nações, sobretudo as da América Latina, nos campos espiritual e material, especialmente em áreas relevantes, tais como a social, a econômica e a política (Ibidem, 1987).

A despeito dos benefícios advindos do emprego do positivismo nos países, muitas foram as críticas direcionadas às bases teóricas desse método científico. A título de exemplo, costumam indagar os críticos: como poderá o sociólogo ver-se livre da sua ideologia, de sua visão de mundo e de seus valores quando da realização de seu estudo científico? Afirmam se tratar de uma quimera, uma tarefa impossível, que remete à história famosa do Barão de Münchhausen, notadamente marcada pela tentativa do Barão de livrar-se de um pântano puxando-se pelos seus próprios cabelos. Assim, tal como inalcançável é a superfície esperada pelo Barão, pelos meios propostos, ilusório é o terreno asséptico da objetividade científica almejado pelo sociólogo (LOWY, 1998).

Como contraponto à crítica acima, Max Weber afirma que a subjetividade inerente ao homem não impede que a ciência seja desenvolvida; caso contrário, não seria possível se falar em ciência social, por exemplo. A subjetividade servirá para que o sociólogo determine o objeto do conhecimento a ser estudado, limitando-se a ser o "ponto de partida" da pesquisa, jamais o "ponto de chegada", pois, nesta seara, necessariamente os resultados devem ser objetivos, para que sejam considerados válidos para qualquer investigador, independentemente de seus valores e de suas convicções (Idem, 1998).

Reconhecem os críticos que o pensamento de Weber possui um rico contexto teórico-filosófico, mas, ainda assim, não justifica a subsistência do positivismo como método adequado para desenvolvimento da ciência, uma vez que acaba, no fim, incorrendo no já conhecido princípio do Barão de Münchhausen. É que a pretensão de neutralidade é ilusória. Enxergar o fator valorativo como obstáculo ao conhecimento científico, ao invés de algo que promove avanços neste campo, constitui um erro típico do positivismo, o que condena ao ostracismo esse método, segundo muitos estudiosos (Ibidem, 1998).

### 2.2 Fenomenologia

Outra vertente metodológica da ciência social é a fenomenologia, desenvolvida em sua etapa inicial por Edmund Husserl, e muito popular nas ciências sociais a partir da década de 1970 (TRIVIÑOS, 1987).

A fenomenologia se integra à ciência da essência do conhecimento. Ela parte do princípio de que a consciência sempre está dirigida a um objeto, que por sua vez jamais existe sem o sujeito. Esse propósito determinado do sujeito voltado para conhecer a essência do objeto constitui a ideia fundamental da fenomenologia: a intencionalidade (Idem, 1987).

Posteriormente, a intencionalidade seria explicada por Karl Marx a partir de pressupostos materialistas, considerando a multiplicidade de mundos que permeiam a vivência do homem e a necessária intencionalidade correspondente para que a realidade de cada um destes mundos seja apreendida (KOSIK, 1976).

O método fenomenológico também é conhecido por ser uma filosofia transcendental, pois exige do sujeito, além da sua intencionalidade para com o objeto de conhecimento, isolamento ou suspensão do objeto. Esse ato é denominado "redução fenomenológica". Nesse momento, despe-se o sujeito de todos os seus juízos de valor (e de qualquer coisa que não seja própria do objeto) para poder contemplar o objeto tal como ele é no plano existencial, no mundo vivido. O dado, observado em sua pureza, indica o momento sublime do processo fenomenológico: o *epoché* (TRIVIÑOS, 1987).

Preocupar-se-á o sujeito em tão somente fazer a descrição direta da experiência a qual foi submetido, não lhe cabendo realizar explicações causais (gênese psicológica) acerca do objeto, embora em seus últimos trabalhos tenha Husserl mencionado uma "fenomenologia genética" e uma "fenomenologia construtiva", correntes de pensamento que admitem, em algum grau, a importância das causas (Idem, 1987).

Propõe a fenomenologia ser ciência, já que as essências são universais e válidas para todos e método. Contudo, em razão de suas premissas, desafiador é para a vertente fenomenológica não incorrer no mesmo mal que acometeu o positivismo: o solipsismo (quando pontos de vista forem considerados verdadeiros para um só sujeito). Como solução, aponta o pensamento de Husserl para a adoção da intersubjetividade, movimento caracterizado pela substituição do sujeito empírico pelo sujeito geral (o que dá caráter universal ao estudo) e pelo entendimento de que o subjetivo e o objetivo não possuem diferenças substanciais. Desses estudos emanam a máxima husserliana: "o mundo que eu conheço é o mundo que pode ser conhecido por todos" (Ibidem, 1987).

Quando se tem por discussão características da fenomenologia não se pode olvidar de um traço que a torna, ao mesmo tempo, marcante e criticável, que é a a-historicidade. A já referida suspensão ou processo de isolamento do objeto dispensa completamente os componentes históricos ou propósitos de transformações substanciais na realidade. Por tal razão, a fenomenologia será associada ao conservadorismo (Ibidem, 1987).

São outras críticas direcionadas à fenomenologia a desconsideração da ideologia do currículo escolar e a exaltação demasiada da consciência (Ibidem, 1987).

Dentre as contribuições dessa ciência e método, é possível destacar a construção do currículo escolar a partir da vivência do estudante, a elevação do sujeito no processo de construção do conhecimento e o estímulo ao desenvolvimento de estudos na sala de aula (interacionismo). Sob o viés antropológico, a noção de intencionalidade garante ao sujeito a compreensão do seu contexto cultural, da sua realidade (Ibidem, 1987).

Embora se assemelhe ao positivismo em alguns aspectos, é negável que há claras distinções entre os métodos. Respectivamente, enquanto o primeiro reifica o conhecimento, transformando-o num mundo objetivo, o segundo desreifica-o, dando ao sujeito, no plano subjetivo, a condição de protagonista no processo de construção do conhecimento (Ibidem, 1987).

### 2.3 Historicismo

No fim do século XVIII e no começo do século XIX surge, na Alemanha, o historicismo, uma corrente científica cuja essência indica o elemento histórico como instrumento necessário para a compreensão de qualquer fenômeno social, cultural ou político (LOWY, 1998).

Merece atenção os critérios do historicismo, quais sejam, entender que o homem estuda a si mesmo, uma vez que o sujeito e o objeto pela identidade nas ciências sociais se confundem; considerar juízos de valor e os juízos de fato como inseparáveis, por serem inerentes à condição humana; prescindir da mera explicação dos fatos sociais para ir além, a ponto de verdadeiramente compreendê-los (Ibidem, 1998).

Um dos grandes estudiosos do tema, Dilthey, identificou que o terreno da relatividade, assim como observara outros que o antecederam, pode conduzir ao ceticismo, ao completo fracasso do método histórico, para fins de reconhecimento científico, caso não haja um substrato teórico consistente, hábil a conferir-lhe validade universal (Ibidem, 1998).

Considera-se que Dilthey falhou nesta missão ao ter este proposto o ecletismo, a via média ou a síntese como suporte argumentativo para reunir pacificamente dois fatos: as exigências científicas e a relatividade histórica do conhecimento (Ibidem, 1998).

Tão só posteriormente uma nova ideia é ventilada para servir de força de coesão entre os fatos supramencionados: a sociologia do conhecimento, criada por Karl Mannheim (ibidem, 1998).

Mannheim, que fora discípulo de Simmel, do historicismo relativista eclético, propôs como solução a síntese entre as várias visões de mundo presentes numa sociedade, a ser realizada por um grupo ou segmento social que não estivesse, propriamente, "contaminado" com alguma visão ou ideologia, pois pertencentes a várias classes sociais e acostumados a lidar com as divergências teóricas; um grupo que fosse, então, livre para bem realizar essa tarefa e, deste modo, conferir ao historicismo a objetividade perquirida pelo âmbito científico. Essa classe ficou conhecida como "Freischwebende Intelligenz", o que significa literalmente "intelectuais flutuando livremente" ou "intelectuais desvinculados" (LOWY, 1998, p. 83-84).

Ocorre que tal como uma pluma que flutua ao vento e que repousa em determinada posição após o decurso de certo tempo, assim são os chamados "intelectuais desvinculados". Há uma força gravitacional social que invariavelmente puxará esse grupo para algum lugar. Considerando a estrutura de classes, o segmento que concilia posicionamentos ideológicos extremos, conferindo-lhe síntese, é a pequena burguesia (Ibidem, 1998).

Apesar de bem elaborada a tese ora exposta, percebe-se, então, que a objetividade científica não será por ela viabilizada ao historicismo. Na opinião de Lowy (1998), "é uma versão ligeiramente mais sofisticada do velho princípio do Barão de Münchhausen", que muito se aproxima do pobre acervo teórico do positivismo (LOWY, 1998).

### 2.4 Marxismo, materialismo dialético e materialismo histórico

Em meados de 1840, as primeiras formulações teórico-metodológicas do idealizador do marxismo, Karl Marx, começam a aflorar. Entre as influências de Marx está Feuerbach, cujas lições permitiram a aproximação daquele do materialismo (NETTO, 2008).

Marx tinha percebido as limitações da filosofia hegeliana devido às aproximações deste pensamento do misticismo (a dialética estava invertida), o referido autor também observou que o materialismo de Feuerbach possuía uma carapuça mística, componentes metafísicos, o que apontava para o entendimento do homem não como um ser histórico, mas abstrato. Essa crítica está consubstanciada na obra "A Ideologia Alemã" (SAVIANI, 2014).

Destaca Triviños (1987) que o "o marxismo compreende, precisamente, três aspectos principais: o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política" (TRIVIÑOS, 1987, p. 49).

Por materialismo deve-se entender que tudo que se verifica na realidade (processos, fenômenos etc.) são expressões da matéria em movimento, inclusive a consciência, que objetivamente reflete aquela (em sua forma avançada), proporcionando sensações, juízos e conceitos. Ainda, o materialismo impulsiona o homem a aventurar-se no ambiente cognoscível, sob a premissa de que simplesmente não há nada que não possa ser conhecido pelo ser humano (Idem, 1987).

O caráter dialético e o histórico são espécies do qual o materialismo é gênero. Respectivamente, o primeiro é responsável pelas leis e aspectos sociológicos que culminam no desenvolvimento da humanidade; e o segundo, funda-se na lei dos contrários, que preceitua que as matérias, num movimento espiral contínuo, unem-se e excluem-se, permitindo o encontro de uma solução para a contradição existente entre elas e a alteração de seus estados qualitativos, seja para um estágio superior ou inferior, já que o novo não exclui necessariamente o antigo (Ibidem, 1987).

Nesta senda, considerando as diferentes formas de apropriação do mundo, seja mediante o conhecimento teórico (reprodução do real por meio do pensamento) ou o prático (advém da experiência), o movimento entre os contrários permite a superação da barreira do senso comum, quanto à construção do conhecimento. A análise crítica e a negação desse saber basilar conduzirá o sujeito a novos patamares (GUERRA, 2009).

Nas entrelinhas do processo de análise crítica e de negação do saber comum, pode-se observar que tais elementos são caracterizados pela atitude reflexiva, pelo emprego da filosofia e da ciência, hábeis a descobrir a estrutura da coisa, sendo as responsáveis pela criação da realidade concreta e da "liberalização" do sujeito e do objeto, tornando o homem capaz de realizar a própria verdade e de operar a própria humanização. Com tais

ferramentas, por outro lado, se destrói a pseudoconcreticidade, entendida como o complexo de fenômenos que permeiam o comum da vida humana e que desenvolve-se no âmbito externo, à superfície dos processos realmente essenciais, fruto do imediatismo, sendo carente de esforço sistemático e sujeita aos enganos e às manipulações e infestada por correntes que absolutizam o sujeito. (KOSIK, 1976).

A destruição da pseudoconcreticidade não é uma tarefa fácil. Pelo contrário, seu caráter desafiador se verifica na contemporaneidade, sobretudo nas escolas brasileiras, na missão que possuem, por exemplo, os professores, enquanto sujeitos históricos que contemplan a realidade, cooperarem, via mediação em abstrato e exercício da pedagogia histórico-crítica pautada na problematização, para que o corpo discente atinja a catarse. Esse processo deve ser entendido como a transformação de alunos concretos (caracterizados por uma compreensão ainda superficial, por vivências empíricas ainda presas às impressões imediatas) em alunos empíricos, ou seja, em elementos ativos de transformação social, em pessoas que apreenderam a realidade como síntese de múltiplas determinações (SAVIANI, 2014).

O desenvolvimento da ciência sob o viés materialista se dá numa realidade que é apreendida como processo de totalização. Não há se falar em partes, uma vez que elas não encontram em si elementos para explicarem a si mesmas. As explicações residem no todo, que nunca será algo pronto, acabado. As totalidades sempre estão em processo, em constante renovação, num movimento de decomposição/recomposição das totalidades parciais, sendo estas, por exemplo, as metas, organogramas e projetos de uma instituição social (GUERRA, 2009).

Sob a influência originária de Spinoza, caberá à categoria da totalidade concreta, num processo indivisível regido pela concepção dialético-materialista, a realização de diversas tarefas, tais como a destruição da pseudoconcreticidade, a promoção do conhecimento do caráter histórico do fenômeno e da sua função objetiva na sociedade (KOSIK, 1976).

Sob a perspectiva histórico-crítica, a ciência nunca será neutra e sempre o processo científico será um instrumento de luta, sensível aos embates reais presentes na sociedade (FRIGOTTO, 1997).

Em resumo, o caráter dialético e histórico do materialismo constitui atividade transformadora revolucionária das classes que integram o seio social e, conseqüentemente, do mundo (TRIVINOS, 1987).

Digno de nota é o fato de que o conjunto de propriedades existentes num objeto ou fenômeno social os distingue dos demais, isto é, suas qualidades, não suas quantidades, os tornam peculiares. Para fins de exemplo, se a livre-concorrência, enquanto propriedade do capitalismo, deixar de existir, esse sistema econômico ainda perdurará, uma vez que tão somente a quantidade do objeto foi alterada. Todavia, se significativa for a alteração da quantidade do objeto, admite-se a possibilidade de alteração da qualidade, tal como sucede com a água, que sai do estado líquido para o gasoso ao atingir a temperatura de 100° (Idem, 1987).

Por fim, a economia política enquanto elemento do marxismo adquire caráter científico ou vulgar a depender da conjuntura fática. É científica e imparcial, voltada ao desenvolvimento objetivo quando não há pressão de grupos oprimidos contra os interesses dos segmentos sociais que estão no poder, vide o período do fim do século XVIII e início do século XIX, quando a burguesia era ainda uma classe em vias de ascensão. Torna-se vulgar, entretanto, quando é utilizada como apologética ou um mero instrumento de legitimação dos interesses da classe dominante, como se verificou, a partir de 1830, com a consolidação da burguesia no poder (LOWY, 1998).

A lógica de acumulação do capital trouxe sérias conseqüências ao meio social, legitimando a clara relação de exploração entre uma classe sobre a outra. Instaurou-se uma "questão social" (GUERRA, 2009).

Não por outra razão, Marx teceu severas críticas à economia política entendida como vulgar, posicionando-se ao lado da classe oprimida pela burguesia, a saber, a operária, na esperança de que os integrantes desta tomassem, um dia, por completo, consciência de sua condição e de seu poder ("consciência de classe"), para assim procederem à revolução e à mudança qualitativa da matéria (LOWY, 1998).

Tais críticas contra a economia política vigente à época ganharam substratos teóricos cada vez maiores a partir do momento em que Marx retirou o foco da crítica da filosofia. Com a atenção voltada para a economia, em 1847 escreve o célebre livro "Miséria da Filosofia" (NETTO, 2008).

Cumprir destacar que Marx não limitava a ciência à classe social. Entendia ele que a ciência perpassava uma discussão ideológica, de luta de classes, sabendo que é a partir deste fenômeno que condições mais favoráveis para a produção de conhecimento científico verdadeiro poderiam ser produzidas (LOWY, 1998).

Expostas algumas teorias, adverte Minayo (2015) que, por mais bem elaborada que seja, nenhuma teoria é capaz de interpretar todos os fenômenos e processos. É que a realidade não é transparente e é mais complexa do que o limitado saber e o limitado olhar do ser humano, bem como "a eficácia da prática científica se estabelece, não por perguntar sobre tudo, e sim, quando recorta determinado aspecto significativo da realidade, o observa, e, a partir dele, busca suas interconexões sistemáticas com o contexto e com a realidade" (MINAYO, 2015, p. 17).

### **3 TENDÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS NO CAMPO EDUCACIONAL**

Tudo que fora abordado até o presente momento teve por finalidade propiciar um arcabouço teórico-metodológico hábil para fins de elaboração de uma pesquisa científica na área educacional.

Nesta senda, cumpre recordar que a América Latina viveu um cenário peculiar quando da criação e a consolidação de cursos de pós-graduação em educação, pois revelou tendências adotadas nestes espaços que priorizavam a investigação quantitativa (usualmente marcada pela formalização rigorosa preferencialmente numérica e pelas técnicas que mantenham o sujeito e seus respectivos valores ao máximo afastados do objeto de estudo), em detrimento da qualitativa (caracterizada pelas interpretações sensíveis do sujeito e o emprego de técnicas abertas que priorizem a ampla manifestação dos fenômenos). Essa conjuntura instigou certos grupos ao desenvolvimento de propostas técnico-metodológicas alternativas para a construção do conhecimento (SANTOS FILHO, 1998).

Para a melhor compreensão desse aparente conflito entre as técnicas da pesquisa científica, deve-se atentar para o método. Lembra Santos Filhos (1998) que técnicas e métodos não estão separados e que:

É o processo da pesquisa que qualifica as técnicas e os instrumentos necessários para elaboração do conhecimento. As opções técnicas dependem dos caminhos a serem percorridos e dos procedimentos a serem desenvolvidos. Por isso, a necessidade de remeter a questão das técnicas da pesquisa ao problema dos métodos. Por sua vez, o problema do método de tem sido uma questão tradicionalmente abordada pela filosofia, como um capítulo da lógica denominado metodologia (SANTOS FILHO, 1998, p. 64-65).

Em verdade, o método é mais abrangente que a técnica. Enquanto estas possuem sentido dentro dos processos de pesquisa e podem ser históricas ou descritivas, por exemplo, o método carece de sentido até o momento em que ele passa a compor um paradigma científico, revelando a forma através da qual o sujeito decidiu abordar a realidade (Idem, 1998).

Em um trabalho científico, grande valor há na criatividade do pesquisador. O endeusamento das técnicas a nada leva, senão a um formalismo exacerbado; por outro lado, sua desconsideração, por completo, pode conduzir o trabalho a especulações abstratas ou a um empirismo ilusório (MINAYO, 2015).

De posse destas informações, mediante várias pesquisas realizadas a partir das dissertações de pós-graduação oriundas de centros universitários brasileiros, como a Universidade de Brasília (UNB) e a UNICAMP, em meados da década de 80, foi possível perceber que não existem abordagens puras, mas misturas que indicam a necessidade de desenvolvimento de novas categorias do conhecimento, para além das tradicionais. (Idem, 1998).

Desta forma, após ter a comunidade científica desconsiderado, por tanto tempo, que as condições históricas imprimem marcas peculiares na pesquisa científica, dentre outros fatores que reforçam a ideia de "mistura" acima destacada, num movimento de desnecessário "reducionismo", dispense-se esforços para o exercício de uma "vigilância epistemológica", na esperança de que as novas alternativas possam contribuir para a transformação da realidade educativa (Ibidem, 1998).

Assim, mediante essa percepção ampla e aguçada, evitar-se-á, por exemplo, nas pesquisas em ciências sociais, a confusão entre diferentes concepções de ciência (ex: considerar positivismo automaticamente tudo que não possuir enfoque fenomenológico) e a exclusão de uma terceira opção, que conseqüentemente não era ventilada por força do "reducionismo" acima descrito (Ibidem, 1998).

Instrumentalmente, o falso dualismo quantidade-qualidade é superado a partir do momento em que há a transposição da discussão acerca da escolha de técnicas ou métodos, que por natureza possuem peso e intensidade distintos na pesquisa, para algo efetivamente maior, que representa o todo, que é o enfoque epistemológico, constituído da lógica interna, a matriz conceitual da pesquisa, elemento que confere robustez científica ao trabalho. É, portanto, da lógica empregada que depende a validade de uma pesquisa, não das técnicas nela empregadas (Ibidem, 1998).

Ademais, é plenamente possível trabalhar com formas quantitativas e qualitativas em uma mesma pesquisa. Através de uma postura construtivista, de uma atuação coletiva dos sujeitos que participam dessa realidade, chega-se facilmente a uma síntese entre objetividade e subjetividade (Ibidem, 1998).

Ainda sobre modismos e desafios no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação em educação, cabe revelar a existência de muitos trabalhos de investigação científica de cunho positivista travestido de crítico e dialético. Não se afirma, aqui, que este fenômeno tenha ocorrido intencionalmente ou por má-fé, mas a maneira como foram estruturadas as grades curriculares, por exemplo, dando grande ênfase na disciplina de métodos e técnicas de pesquisa, bem como a manutenção da crença de que primeiro se deve aprender o referencial teórico para, em seguida, investigar a realidade, evidencia essa prática (FRIGOTTO, 1997).

Na busca por cooperar com a solução dos problemas acima especificados, discorre Frigotto (1997) que, na prática, uma pesquisa dialética envolve cinco passos fundamentais, quais sejam, partir de condições já existentes (não é do patamar "zero" de conhecimento), do próprio pesquisador ou de outras pessoas, evidenciando a problematização e a necessidade da pesquisa; resgate crítico do conhecimento já produzido sobre a matéria; definição de um método de organização para a análise e a exposição de dados; a partir destes materiais, realizar as conexões, mediações e contradições dos fatos; e, por fim, promover a síntese da investigação, expor de forma coerente as "múltiplas determinações" que explicam a problemática (FRIGOTTO, 1997).

Como fruto do trabalho vivo do pesquisador, tem-se a pesquisa. Como esta não surge espontaneamente, artefatos são necessários para sua construção (dimensão técnica da investigação), assim como o substrato valorativo do próprio pesquisador, isto é, suas escolhas teóricas (dimensão ideológica). Atitudes e certos comportamentos também precedem sua elaboração, tais como pesquisa bibliográfica (disciplinada, crítica e ampla), a articulação criativa apta à delimitação do objeto de pesquisa, e a humildade para reconhecer que o conhecimento científico possui sempre um caráter aproximado (se faz a partir de outros conhecimentos), provisório, inacessível em relação à totalidade do objeto, vinculado à vida real e condicionado historicamente (DESLANDES, 2015).

Na construção do seu objeto de pesquisa, segundo Deslandes (2015), deve o pesquisador romper com questões religiosas ou morais que sejam circulantes sobre a questão, bem como desconstruir ideias preconcebidas e evitar as explicações simplistas.

Quando da formulação das hipóteses da pesquisa, das afirmações provisórias, deve o pesquisador ter conceitos claros, não se basear em valores morais, ser específico e ter como base uma teoria que sustente a solução possível do problema em evidência no estudo (DESLANDES, 2015).

Cada vez que o pesquisador indica um objetivo em sua pesquisa, espera-se dele a correspondente indicação adequada de métodos (histórico, comparativo, etnográfico, estudo de caso etc.) e técnicas que operacionalizem os métodos, como as entrevistas, por exemplo. Há ainda na questão metodológica a necessidade de definição de um campo de observação, com a menção dos locais e dos sujeitos que serão incluídos na pesquisa (Idem, 2015).

Ainda, precisará a pesquisa de um cronograma, isto é, a expectativa de tempo para cumprimento de cada etapa proposta; de orçamento, caso demande financiamento para sua realização; e de enorme variedade de fontes, para fins de citações e referências, cuidando sempre o pesquisador para não ferir questões éticas por meio de plágio ou de fraude (Ibidem, 2015).

Superados os aspectos teóricos-estruturantes da pesquisa, pode ser iniciada a fase exploratória de uma pesquisa qualitativa. É nesse momento que o pesquisador, que precisa ser um esforçado curioso, irá interagir com os sujeitos por ele escolhidos e colher, na realidade, informações acerca da pergunta formulada. No seio da intersubjetividade, da interação social, poderá munir-se com diversas técnicas, sendo as principais a observação (caracterizada pelo que não é dito, mas que pode ser apreendido por um observador atento) e a entrevista, que concentra esforços nas informações contidas na fala dos interlocutores, mediante consentimento expresso destes, em regra. Respectivamente, enquanto esta técnica pode ser de sondagem de opinião, semi-estruturada (combina perguntas fechadas e abertas), aberta ou de profundidade (nela o informante fala livremente), focalizada (busca esclarecer um determinado problema) ou projetiva (caracterizada pelo emprego de recursos visuais e convite ao entrevistado para que discorra sobre o que lê ou vê), aquela encontra no diário de campo seu principal instrumento e espera do pesquisador certos comportamentos, como o de simplicidade para colocar-se no mundo dos entrevistados; uso de uma perspectiva dinâmica; adoção de uma linguagem do senso comum; e inserção na cena social como pessoa comum, desprovido de qualquer postura pedante de cientista (MINAYO, 2015).

Na pesquisa qualitativa, o ato de exploração por parte do pesquisador irá resultar na colheita de diversos dados, que logicamente precisam ser depurados. Dentre os procedimentos metodológicos de análise de conteúdo destacam-se a categorização, a inferência, a descrição e a interpretação (GOMES, 2015).

Aponta Gomes (2015) que a categorização respeita o princípio da homogeneidade, isto é, supõe que cada categoria é obtida através dos mesmos princípios utilizados para toda a categorização. Assim, devem ser exaustivas (compreenderem apenas o conteúdo que pode ser enquadrado na categoria), exclusivas (um aspecto do conteúdo não pode ser classificado em mais de uma categoria), concretas (não serem expressas por termos abstratos) e adequadas, ou seja, a categorização deve ser adaptada ao conteúdo e ao objetivo que se quer chegar.

Por outro lado, a inferência é a dedução lógica de algo do conteúdo objeto de análise, demandando do pesquisador o uso premissas contidas em outros estudos e já aceitas. Enquanto a descrição é o resumo das características do texto, a interpretação, por sua vez, é a significação concedida a essas características (GOMES, 2015).

Por fim, ideal é que o pesquisador consiga ir além dos conteúdos do texto, afastando-se dos limites de uma interpretação rasa e permitindo-se compreender os componentes da cultura e do contexto de seus sujeitos e objetos. Isso é possível mediante o método de interpretação de sentidos, parte do acervo instrumental que está à disposição do pesquisador. Essa se revela como uma escolha que certamente enriquecerá a pesquisa científica (Idem, 2015).

Munido das informações ora expostas, se fiel for aos preceitos estabelecidos, o pesquisador estará seguramente habilitado a desenvolver uma satisfatória pesquisa científica na área educacional.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso histórico-científico-metodológico desenvolvido até aqui, que evidenciou, entre outras coisas, a existência de divergências e concepções distintas no seio de uma mesma classe social, reforça a noção de que o ser humano é um animal complexo. Mas estes pontos de vista diferentes consistem em fator inevitável e, como bem destaca LOWY, “é também necessário, é parte mesmo de todo o processo efetivo de conhecimento e transformação da realidade” (1998, p. 32).

A admissão dessa complexidade humana por parte do pesquisador, assim como da necessidade de dominar o conhecimento do processo de construção do conhecimento (parcialmente exposto neste artigo), evita que ele cometa diversos erros primários quando da confecção do seu trabalho, destacando-se, na toada de Frigotto (1997), a buscar por partir de condições já existentes (o que exige um mínimo de conhecimento acerca da problematização da pesquisa) e de resgatar o que já foi produzido sobre a matéria objeto de investigação (1997, p. 87-89).

#### REFERÊNCIAS

ANDERY, Maria Amália Pie Abib; MICHELETTO, Nilza; SÉRIO, Tereza Maria de Azevedo Pires. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. et. al. 15ª. ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 34. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: **Metodologia da pesquisa educacional**. - 4. ed. - São Paulo : Cortez, 1997.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 34. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2015.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** - Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

KOSIK, Karel, 1926. K88d - **Dialética do concreto**; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista** Michael Lowy. 12. ed. - São Paulo : Cortez, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Introdução à filosofia: aprendendo a pensar**. Cipriano Carlos Luckesi, Elizabete Silva Passos. - São Paulo: Cortez, 1995.

MÊSZAROS, István. 1930. Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação. István Mészáros [Tradução Laboratório de NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** - Brasília : CFESS/ABEPSS, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 34. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 34. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2015.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. – Brasília : CFESS/ABEPSS, 2009.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Pesquisa educacional : quantidade-qualidade**. José Camilo dos Santos Filho ; Sílvia Sánchez Gamboa (org.) - 2. ed. - São Paulo : Cortez, 1997. - (Questões da nossa época ; v. 42). Tradução do CENEX/FALE/UFMG]. - São Paulo: Ensio, 1993.

SAVIANI, Dermeval. **O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural** Exposição, em 14 de agosto de 2014, na Mesa-Redonda "Teoria Histórico-Cultural e Pedagogia Histórico-crítica: mediações", do 2º Congresso Internacional sobre a Teoria Histórico-Cultural e 13ª Jornada do Núcleo de Ensino de Marília.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928 - **Introdução à pesquisa em ciências sociais : a pesquisa qualitativa em educação** Augusto Nivaldo Silva Triviños. - São Paulo : Atlas, 1987.